

Decisão Negada: Proibido o acesso das mulheres argentinas a métodos contraceptivos e ao aborto

A mulher argentina encontra restrições arbitrárias e discriminatórias em relação a sua decisão reprodutiva, ao acesso a meios contraceptivos, e ao aborto. Portanto, muitas mulheres são obrigadas a escolher entre uma gravidez e o nascimento indesejado ou de alto risco, ou ainda, o aborto ilegal e inseguro. O aborto inseguro pode provocar seqüelas permanentes ou até a morte. O Ministério da Saúde afirma que hoje na Argentina são feitos aproximadamente meio milhão de abortos ilegais por ano, o que representa 40 por cento do total de gestações. Esta alta taxa de gravidezes interrompidas através do aborto é uma prova concreta da ausência de acesso a informações e a serviços de planejamento familiar que as mulheres encontram. O aborto inseguro tem sido a causa principal da mortalidade materna na Argentina por várias décadas. “Decisão Negada” e um relatório do Human Rights Watch que documenta as conseqüências trágicas e pessoais decorrente das restrições que a Argentina impõe aos direitos reprodutivos das mulheres.

Restrições ao uso de contracepção

A tomada de decisão sobre métodos de contracepção é difícil e profundamente pessoal. Na Argentina, as mulheres são cotidianamente impedidas de tomar essa decisão. Apesar da lei de saúde reprodutiva ser prometedora, médicos e cônjuges continuam a exercer controle sobre a saúde reprodutiva das mulheres através de leis e políticas que restringem arbitrariamente a possibilidade das mulheres de tomarem essa decisão. A violência doméstica e sexual têm sido um obstáculo contínuo para as mulheres que tentam buscar meios contraceptivos. Isso se deve a um número elevado de homens agressivos que deliberadamente sabotam o acesso de suas esposas a práticas contraceptivas. Outro obstáculo que as mulheres encontram é que alguns profissionais de saúde oferecem descaradamente informações inexatas e enganadoras. Além disso, muitas mulheres simplesmente não têm os recursos financeiros para adquirir contraceptivos. Ao mesmo tempo, as promessas de assistência do governo argentino raramente chegam às mulheres mais necessitadas. O acesso de um dos meios mais efetivos de contracepção—a esterilização feminina—continua sendo restrito pelo governo de forma arbitrária e discriminatória. Para dificultar o acesso, alguns profissionais de saúde exigem que as mulheres tenham uma autorização judicial para obter a esterilização mesmo quando as mulheres já possuem todos os requisitos necessários, o que violenta ainda mais os seus direitos.

Em 2003, o governo argentino começou a implementar um programa nacional de saúde reprodutiva que foi posteriormente apoiado por uma campanha de informação pública em 2005. Apesar desse programa, assim como outras leis e políticas públicas que já existem pode vir a abordar e corrigir concretamente os prejuízos descritos nesse relatório, ainda é necessário que haja reformas legislativas urgentemente.

Criminalização do Aborto

A única opção para muitas mulheres que não podem e não queiram a prosequir com uma gravidez indesejada é o aborto clandestino, portanto, inseguro. Abortar é um crime na Argentina embora, não haja punição nos casos de risco à saúde e à vida da gestante ou nos casos em que a gestante seja portadora de deficiência mental cuja gravidez tenha sido decorrente de estupro. Na prática, os abortos permissíveis são raros porque

não há um regulamento claro sobre o acesso a esse procedimento. Ao mesmo tempo, a criminalização do aborto contribui ao funcionamento de “clínicas” clandestinas que praticam aborto com muito pouco respeito à saúde e à vida das mulheres. Isso leva muitas mulheres a tomarem medidas desesperadoras, como tentar provocar o aborto com agulhas de tricô, sondas, caule de planta, ou o uso de medicamentos abortivos sem aconselhamento médico. Quando as mulheres sofrem hemorragia e infecções, causadas por abortos incompletos feitos em condições precárias colocando-as em risco de vida, algumas delas recorrem aos hospitais públicos. Porém, às vezes, muitos profissionais de saúde pública adotam uma postura discriminatória, recusando a essas mulheres um tratamento médico adequado. Os médicos que fazem curetagem pós-aborto — um procedimento altamente doloroso que envolve a raspagem do revestimento uterino com um instrumento em forma de colher (cureta) — às vezes fazem esse procedimento sem anestesia. As mulheres que temem um processo criminal depois de ter se submetido ao aborto clandestino são desencorajadas de procurar um tratamento pós-aborto adequado, o que frequentemente prejudica seriamente a saúde delas.

Em 2005, o governo argentino emitiu um guia de fornecimento de serviço e tratamento pós-aborto humano, imediato, e efetivo. Durante esse processo, o governo reconheceu que promovendo o acesso de serviço e tratamento adequado pós-aborto poderia prevenir a perda de muitas vidas além de outros problemas evitáveis ligados a saúde que são causados pelo aborto clandestino na Argentina de hoje. Portanto, se a Argentina vir a cumprir com os seus compromissos internacionais aos direitos humanos, reformas legislativas serão necessárias urgentemente para que se assegure o acesso das mulheres argentinas ao aborto legal e seguro.

Recomendações

Para o Governo da Argentina

Human Rights Watch pede ao governo argentino para proteger os direitos humanos das mulheres, à saúde, à vida, à não discriminação, à privacidade, à integridade física, à informação, à liberdade, a liberdade de religião e consciência, aos direitos iguais, a proteção igual perante a lei, e ao direito de tomar a decisão sobre o número de filhos e intervalo entre os nascimentos. Para cumprir completamente com os compromissos internacionais aos direitos humanos, o governo argentino tem que implementar reformas legislativas e políticas públicas para a legalização do aborto e a eradicação da violência contra as mulheres. O governo argentino pode e deve abordar imediatamente os abusos aos direitos das mulheres que são documentados em “Decisão Negada”:

- ▶ Assegurando o acesso a informação completa, correta, e imediata sobre contraceptivos;
- ▶ Provendo o acesso a todos os métodos contraceptivos seguros— incluindo esterilização;
- ▶ Garantindo o acesso voluntário ao aborto seguro em casos permissíveis pelo código penal.
- ▶ Assegurando o acesso humanizado de atenção pós-aborto sem risco de processo criminal.

Conclusão

Negar as mulheres argentinas a tomar uma decisão independente sobre o uso de contracepção e sobre o aborto equivale ao abuso de seus direitos humanos. Até os que são a favor das restrições legais ao aborto na Argentina, devem refletir sobre os relatos pessoais e desastrosos conseqüentes da criminalização do aborto descrito em “Decisão Negada.” Portanto, é necessária uma reforma urgente de lei, mas também de prática, assegurando o acesso das mulheres argentinas a métodos contraceptivos e às informações relacionadas ao aborto legal e seguro. Para todas as mulheres, isto é uma questão de igualdade e direitos humanos. Para outras, isto é uma questão de vida ou morte.